Domingo de tarde

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO – PGE/ES
PROCESSO SELETIVO

01 – RESIDENTE JURÍDICO

Instruções

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala e aguarde o 2º sinal sonoro para **abrir** este caderno de questões e **iniciar** a prova.

2. Seus pertences deverão estar armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preferencialmente preta, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a sua imediata exclusão do certame.

3. Após o 2º sinal, certifique-se de que este caderno de questões:

- contém 30 (trinta) questões;
- contém 1 (uma) peça processual;
- contém 1 (um) parecer;
- **refere-se ao número e à função para a qual realizou a inscrição.**

4. Cada questão oferece 4 (quatro) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C e D, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.

5. O candidato deve assinar a(s) sua(s) Folha(s) Definitivas de Resposta(s), sob pena de eliminação.

6. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.

7. Haverá o toque do 3º sinal sonoro de encerramento das provas, conforme controle do quadro de sala.

8. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.

9. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.

10. No caderno de questões, você poderá rabiscar, riscar e calcular.

11. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.

Controle de QUALIDADE Fundatec

Eco Friendly
A Fundatec utiliza papel com certificação florestal e tinta biodegradável.

Concursos Fundatec ISO 9001

RASCUNHO
Utilize esse espaço para anotar suas respostas

*A anotação neste rascunho NÃO substitui o preenchimento da grade de respostas.

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

61	62	63	64	65	66	67	68	69	70

71	72	73	74	75	76	77	78	79	80

81	82	83	84	85	86	87	88	89	90

91	92	93	94	95	96	97	98	99	100

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 01 – A respeito dos elementos do ato administrativo, analise as assertivas abaixo:

I. A competência é elemento essencial do ato administrativo e decorre de norma jurídica. Admite-se a delegação e a avocação, desde que não haja vedação legal expressa.
II. O elemento forma consiste na exteriorização da decisão administrativa. É, em regra, vinculado, mas sua inobservância pode acarretar vício sanável quando não se tratar de requisito essencial.
III. O fim corresponde ao interesse público, sendo elemento sempre vinculado. Sua violação caracteriza desvio de finalidade, vício insanável do ato administrativo.
IV. O motivo traduz-se nas circunstâncias de fato e nos elementos de direito que ensejam a prática do ato administrativo.

Quais estão corretas?

A) Apenas I e II.
B) Apenas I, III e IV.
C) Apenas II, III e IV.
D) I, II, III e IV.

QUESTÃO 02 – Sobre controle e invalidação dos atos administrativos, analise as assertivas a seguir:

I. Na invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, a decisão deverá indicar, de modo expresso, suas consequências jurídicas e administrativas.
II. A revisão poderá reconhecer a invalidade de situações definitivamente constituídas por ato administrativo já exaurido em seus efeitos, ainda que amparadas em interpretação de norma vigente à época, desde que sobrevenha alteração posterior de entendimento.
III. Ao decidir sobre a regularidade de contrato administrativo, a autoridade administrativa deverá considerar as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente responsável por firmá-lo.
IV. A decisão administrativa ou judicial que estabelecer nova interpretação sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deve prever, quando indispensável, regime de transição proporcional e equânime.

Quais estão corretas?

A) Apenas I e III.
B) Apenas II e IV.
C) Apenas I, III e IV.
D) I, II, III e IV.

QUESTÃO 03 – Acerca do regime jurídico dos servidores e empregados públicos, assinale a alternativa INCORRETA.

A) As empresas públicas têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, sendo exigida a demonstração de justa causa prevista na legislação trabalhista.
B) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, salvo, quando houver compatibilidade de horários, nas seguintes hipóteses: dois cargos de professor; um cargo de professor com outro técnico ou científico; e dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
C) O cargo em comissão é aquele provido em caráter precário, destinado a funções de direção, chefia ou assessoramento, ocupado por pessoa que goza da confiança da autoridade nomeante, tendo natureza transitória.
D) A contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os requisitos constitucionais não gera efeitos jurídicos válidos em relação aos contratados, ressalvado o direito à percepção dos salários referentes ao período efetivamente trabalhado, ao levantamento dos depósitos efetuados no FGTS.

QUESTÃO 04 – Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa INCORRETA.

A) O Estado responde objetivamente pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros.
B) Não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
C) A perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal em operação policial é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado, ainda que existam indícios de sua participação.
D) A responsabilidade objetiva do Estado pode ser aplicada em caso de erro judiciário. Contudo, não se enquadra na hipótese de erro judiciário a ordem de prisão em flagrante, ainda que venha o réu a ser absolvido.

QUESTÃO 05 – Acerca da Administração Indireta, assinale a alternativa correta.

A) As entidades da Administração Indireta possuem hierarquia em relação à Administração Direta, estando sujeitas a ordens diretas e disciplinares de seus Ministérios supervisores.
B) A criação de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas exige sempre lei específica, sendo que, no caso das três últimas, a lei autoriza a sua instituição.
C) As autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito público, enquanto as fundações públicas podem assumir natureza pública ou privada.
D) As entidades da Administração Indireta, por não integrarem a Administração Direta, não se submetem ao controle parlamentar nem à fiscalização dos Tribunais de Contas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 06 – Nos termos da Constituição Federal de 1988 (CF/88), quais são as duas hipóteses específicas nas quais a prisão civil é vedada?

A) Inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.
B) Inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.
C) Inadimplemento de obrigação alimentar e de tributos.
D) Inadimplemento de contrato de compra e venda e inadimplemento voluntário de obrigação alimentar.

QUESTÃO 07 – No controle concentrado de constitucionalidade, a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) possui como finalidade:

A) Declarar a nulidade de ato normativo contrário à Constituição.
B) Reconhecer a omissão inconstitucional do Poder Público e determinar que se edite a norma faltante.
C) Revogar normas infraconstitucionais incompatíveis com a Constituição.
D) Suspender a eficácia de ato administrativo contrário a preceitos constitucionais.

QUESTÃO 08 – De acordo com o art. 37 da CF/88 e a jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

A) A moralidade administrativa limita-se ao cumprimento da legalidade, não autorizando controle judicial do mérito do ato administrativo.
B) O princípio da eficiência, introduzido pela EC 19/1998, não possui aplicabilidade direta, exigindo regulamentação por lei ordinária.
C) A legalidade administrativa permite ao administrador agir como o particular, realizando tudo o que a lei não proíbe.
D) A publicidade é regra, admitindo-se restrições quando imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, ou à proteção da intimidade, conforme ponderação de princípios constitucionais.

QUESTÃO 09 – Sobre a inclusão do art. 5º, LXXIX, pela EC 115/2022, assinale a alternativa correta.

A) O direito fundamental à proteção de dados pessoais é cláusula pétrea e, por isso, não pode ser restringido por legislação infraconstitucional.
B) A proteção de dados pessoais foi reconhecida como direito fundamental, sendo de competência privativa da União legislar sobre o tema.
C) O STF firmou entendimento de que o tratamento de dados pessoais por entes federados distintos da União é plenamente válido, dada a competência concorrente da matéria.
D) O direito fundamental à proteção de dados se restringe ao ambiente digital.

QUESTÃO 10 – Acerca da competência comum (art. 23) e da competência concorrente (art. 24), previstas na CF/88, assinale a alternativa correta.

A) A proteção do meio ambiente e o combate à poluição em qualquer de suas formas são matérias de competência legislativa concorrente.
B) O registro, acompanhamento e fiscalização das concessões de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais são de competência privativa da União.
C) Cuidar da saúde, assistência pública e garantia das pessoas portadoras de deficiência é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
D) A competência concorrente para legislar sobre responsabilidade por dano ao consumidor pertence exclusivamente à União e aos Estados, excluídos os Municípios.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 11 – Maria ajuizou pedido de cumprimento de sentença para receber valor determinado contra o Estado do Espírito Santo, decorrente de decisão judicial definitiva. Diante da intimação do pedido apresentado pela credora, a representação judicial do Estado poderá:

A) Oferecer impugnação à execução diretamente nos autos do cumprimento de sentença.
B) Apresentar bens para constrição judicial e interpor embargos à execução em processo apartado.
C) Alegar matérias de defesa por meio de exceção de pré-executividade.
D) Comprovar o pagamento de 30% do débito e solicitar o parcelamento do restante em até seis parcelas, com atualização monetária e juros.

QUESTÃO 12 – A respeito do mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

A) Compete ao Tribunal de Justiça Estadual julgar mandado de segurança contra decisão proferida por Juizado Especial da Fazenda Pública.
B) É possível indeferir a petição inicial do mandado de segurança por motivos relacionados ao mérito da demanda.
C) Em mandado de segurança coletivo com repercussão patrimonial, caso o beneficiário venha a falecer durante a fase de conhecimento e antes da concessão da ordem, os herdeiros não possuem legitimidade para executar valores referentes ao período anterior ao óbito.
D) No mandado de segurança coletivo, sindicatos e associações, atuando como substitutos processuais, podem defender interesses de toda a categoria, e, se a sentença não delimitar expressamente o alcance subjetivo, a coisa julgada abrangerá todos os integrantes da categoria, não apenas os associados.

QUESTÃO 13 – Com base no Código de Processo Civil (CPC), de 2015, assinale a alternativa INCORRETA.

A) O CPC prevê, entre os recursos cabíveis, o agravo de instrumento, o agravo interno e os embargos de divergência.
B) Considera-se omissa a decisão que não se pronuncia sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos que seja aplicável ao caso concreto.
C) Não serão admitidos novos embargos de declaração se os dois anteriores tiverem sido considerados protelatórios.
D) O simples uso do princípio da razoabilidade como fundamento da decisão judicial presume, por si só, a existência de motivação concreta para sua aplicação ao caso, em razão de sua importância.

QUESTÃO 14 – Sobre a petição inicial e o julgamento liminar de improcedência, analise as assertivas a seguir:

I. O pedido será julgado liminarmente improcedente se contrariar enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre matéria infraconstitucional.
II. A apelação interposta contra sentença de improcedência liminar possui efeito regressivo.
III. Caso o autor não disponha de todos os dados para qualificar o réu, mas seja possível sua citação, a petição inicial deve ser recebida.
IV. Apresentada apelação contra sentença de improcedência liminar, o réu será sempre citado para contestar, em nome da economia processual.

Quais estão corretas?

A) Apenas I e IV.
B) Apenas II e III.
C) Apenas II e IV.
D) Apenas I, II e III.

QUESTÃO 15 – Em relação ao funcionamento dos juizados especiais, assinale a alternativa correta.

A) O recurso interposto nos juizados especiais não possui efeito suspensivo automático, podendo o juiz concedê-lo.
B) O acórdão proferido pela turma recursal dos juizados especiais admite impugnação por recurso especial, em caso de violação de lei federal, ou por recurso extraordinário, em caso de afronta à Constituição Federal.
C) No âmbito dos juizados especiais, a oposição de embargos de declaração suspende o prazo para a interposição de outros recursos.
D) A Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo possui direito ao prazo em dobro para interpor recurso extraordinário contra decisão da turma recursal dos juizados especiais.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 16 – Sobre a competência da Justiça do Trabalho em demandas envolvendo a Fazenda Pública, assinale a alternativa correta.

A) Compete à Justiça Comum processar e julgar ação civil pública relativa ao meio ambiente de trabalho de servidores estatutários do Estado, mesmo que a lide não envolva a incidência do regime jurídico estatutário.
B) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar demandas entre a Fazenda Pública e empregados públicos celetistas.
C) Servidores temporários têm suas ações contra a Fazenda Pública julgadas pela Justiça do Trabalho, por se tratar de vínculos celetista.
D) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar demandas em que se discute o recolhimento e o repasse de contribuição sindical de servidores públicos regidos pelo regime estatutário.

QUESTÃO 17 – Referente à comprovação de feriado local ou forense para fins de prorrogação de prazo recursal no processo do trabalho, assinale a alternativa correta.

A) A parte recorrente deve comprovar, no momento da interposição do recurso, a existência de feriado local, sob pena de não conhecimento imediato do recurso.
B) Na hipótese de feriado forense, é ônus da parte comprovar documentalmente a ausência de expediente nos autos, no ato da interposição do recurso.
C) No caso de alegação de feriado local não comprovado de imediato, o relator deve conceder prazo de 5 dias para que o vício seja sanado.
D) A reconsideração da análise da tempestividade do recurso mediante prova documental superveniente é admitida apenas nos embargos de declaração, sendo vedada em outros meios de impugnação.

QUESTÃO 18 – Com base nas prerrogativas da Fazenda Pública na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A Fazenda Pública não possui prerrogativa de prazo em dobro para interposição de recursos na Justiça do Trabalho.
B) O representante da Fazenda Pública é dispensado de apresentar procuração, bastando declarar a sua atuação nessa qualidade.
C) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as autarquias e as fundações públicas são isentos de custas processuais.
D) Não está sujeita ao reexame necessário a decisão contrária à Fazenda Pública Estadual cujo valor seja inferior a 500 salários mínimos.

QUESTÃO 19 – De acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), sobre a ação rescisória na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

A) É cabível o pedido de tutela provisória, formulado na petição inicial da ação rescisória ou na fase recursal, com o objetivo de suspender a execução da decisão rescindenda.
B) O sindicato que atuou como substituto processual na reclamação trabalhista tem legitimidade para ser réu na ação rescisória, não sendo necessária a citação de todos os substituídos.
C) A ação rescisória fundada em violação de lei admite o reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda.
D) Para efeito de ação rescisória, considera-se prova nova aquela já existente à época do trânsito em julgado da decisão rescindenda, mas ignorada pelo interessado ou de impossível utilização no processo originário.

QUESTÃO 20 – Sobre o recurso cabível em face da decisão interlocutória no incidente de desconsideração da personalidade jurídica na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Cabe agravo interno se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.
B) Na fase de execução, cabe agravo de petição.
C) Na fase de execução, o recorrente não precisa oferecer garantia ao juízo como requisito de admissibilidade do recurso.
D) Na fase de cognição, cabe recurso de agravo de instrumento, ante a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 21 – Considerando a responsabilidade civil prevista no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.
B) Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver decadência.
C) Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.
D) Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu.

QUESTÃO 22 – Com base no Código Civil e no Código de Processo Civil, no que se refere à prescrição e à decadência, assinale a alternativa correta.

A) O prazo da prescrição intercorrente corresponde ao mesmo prazo da pretensão originária, sem incidência das causas de suspensão, interrupção ou impedimento.
B) O magistrado pode reconhecer de ofício a prescrição intercorrente, extinguindo a execução, mesmo sem ouvir previamente as partes envolvidas.
C) A prescrição intercorrente se aplica na fase executiva, retomando a contagem do prazo do ponto em que parou, após a interrupção causada pelo despacho de citação no processo de conhecimento.
D) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

QUESTÃO 23 – Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
B) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
C) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de negligência, imprudência ou imperícia.
D) As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.

QUESTÃO 24 – Referente ao Código Civil, assinale a alternativa correta.

A) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de dezesseis anos.
B) São incapazes relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer os maiores de dezoito e menores de vinte e um anos.
C) A menoridade cessa aos vinte e um ano completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
D) Em casos justificados, a pessoa pode ser constrangida a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou à intervenção cirúrgica.

QUESTÃO 25 – A respeito do Negócio Jurídico, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
B) A validade do negócio jurídico requer agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.
C) O silêncio não importa anuência, principalmente quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
D) As partes poderão livremente pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 26 – Em uma execução fiscal, a citação por AR restou negativa, não sendo localizada a empresa executada, e o Procurador do Estado requereu a citação por edital sem diligências adicionais. Considerando essa hipótese, assinale a alternativa correta.

A) A citação por edital é válida pois a tentativa por AR já foi feita na forma da Súmula 414 do STJ.
B) Ainda não seria possível a citação por edital, pois não foram esgotadas todas as tentativas de citação pessoal na forma da Súmula 414 do STJ.
C) É vedada a citação por edital na Execução Fiscal, pois a citação deve ser sempre pessoal à citação da empresa executada.
D) A nulidade da citação por edital somente pode ser arguida nos embargos à execução.

QUESTÃO 27 – Determinada empresa não foi encontrada em seu domicílio fiscal e consta como inativa na Junta Comercial e na Receita Federal. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

A) Não há possibilidade de redirecionamento, pois o sócio já não integrava o quadro à época do fato gerador.
B) Presume-se dissolvida irregularmente, legitimando o redirecionamento ao sócio-gerente da última composição societária.
C) O inadimplemento da obrigação tributária já basta para responsabilizar o sócio.
D) O redirecionamento é automático, sem necessidade de decisão judicial a respeito.

QUESTÃO 28 – A empresa executada em uma execução fiscal alienou imóvel em 2010, após a inscrição do crédito tributário em dívida ativa, mas antes do registro da penhora. Nesse sentido, é correto afirmar que:

A) Não há fraude, pois o adquirente agiu de boa-fé e não tinha como saber da dívida fiscal da empresa executada.
B) A fraude somente se caracteriza após o ajuizamento da execução fiscal.
C) A fraude depende sempre do registro da penhora.
D) Há fraude à execução, porque basta a inscrição em dívida ativa após a LC 118/2005, que deu nova redação ao artigo 185 do CTN.

QUESTÃO 29 – Sobre a decadência no direito tributário, é INCORRETO afirmar que nos tributos sujeitos a lançamento por homologação

A) o prazo para a Fazenda constituir o crédito tributário é de dez anos.
B) sem pagamento antecipado, o prazo decadencial conta-se do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
C) com pagamento antecipado, o prazo decadencial conta-se a partir do fato gerador.
D) com pagamento parcial antecipado, o prazo decadencial conta-se do fato gerador para a constituição do crédito remanescente.

QUESTÃO 30 – A respeito da suspensão da exigibilidade do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

A) O parcelamento não suspende a exigibilidade do crédito tributário, pois o contribuinte continua obrigado ao pagamento das parcelas definidas no acordo de parcelamento.
B) As reclamações e os recursos administrativos previstos na legislação do processo administrativo fiscal não suspendem a exigibilidade do crédito tributário.
C) A garantia total da execução fiscal mediante carta de fiança bancária suspende a exigibilidade do crédito tributário.
D) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações assessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso.

PEÇA PROCESSUAL

Instruções: Elabore um texto com extensão máxima de 60 linhas, de acordo com a proposta abaixo:

Maria, Analista do Executivo da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (SEGER/ES), foi aprovada em 1º lugar no concurso público para o cargo de Auditor da Receita Estadual, cujo edital previa 20 (vinte) vagas, com prazo de validade de 2 (dois) anos, contados da data da publicação do ato de homologação, ocorrida em 10/06/2024.

Inconformada com a demora em sua nomeação, Maria ajuizou, no dia 10/06/2025, ação em face do Estado do Espírito Santo, requerendo sua nomeação e posse, bem como indenização correspondente às remunerações que entende devidas desde a data da homologação, incluindo eventuais progressões funcionais.

Alegou, ainda, que o edital previa a realização de etapa do certame em 2021, mas o concurso foi adiado por ato administrativo. Em virtude desse adiamento, pleiteou indenização por danos morais.

Na petição inicial, também formulou pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita.

A ação foi distribuída para a 1ª Vara da Fazenda Pública de Vitória e a SEGER/ES, ao ser citada, encaminhou a cópia da petição inicial acompanhada de subsídios para a Procuradoria-Geral do Estado, informando que o adiamento do certame se deu por motivo de biossegurança relacionado ao pico de contaminações pela Covid-19.

Na qualidade de Procurador(a) do Estado do Espírito Santo, redija a PEÇA, arguindo todas as teses processuais e de mérito na defesa do ente público (não invente fatos novos, dispense o relatório dos fatos e o tópico de tempestividade). Assine como "Procurador(a) do Estado do Espírito Santo" e date no dia de hoje. Considerando a limitação de espaço, recomenda-se não pular linhas ao redigir a resposta.

Utilize este espaço para fazer seu rascunho

Página 01

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Utilize este espaço para fazer seu rascunho

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

PARECER

Instruções: Elabore um texto com extensão máxima de 60 linhas, de acordo com a proposta abaixo:

A Secretaria do Governo (SEG), em articulação com outras Secretarias Estaduais, estuda a viabilidade de criação de empresas estatais (empresas públicas, sociedades de economia mista e eventuais subsidiárias) em áreas de interesse do Governo Estadual. No curso dos debates sobre requisitos e características dessas pessoas jurídicas, surgiram dúvidas que devem ser sanadas preventivamente, a fim de viabilizar a modelagem jurídica do projeto de lei e evitar questionamentos futuros.

Com fundamento na função consultiva e de assessoramento da PGE/ES, o(a) Secretário(a) de Governo encaminhou ao Centro de Estudos e Informações Jurídicas (CEI) consulta para emissão de parecer abordando o processo de criação das empresas estatais, devendo responder, necessariamente, aos seguintes quesitos, nos termos da Constituição Federal, da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e da legislação federal aplicável:

1) Quais providências devem ser adotadas para criação de empresa pública e/ou sociedade de economia mista? Trata-se de descentralização ou desconcentração?
2) Qual é a natureza da personalidade jurídica das empresas estatais (direito público ou direito privado)? São submetidas aos princípios da Administração Pública (art. 37, caput, da CRFB)?
3) Nos termos da CRFB e da Lei das Estatais, quais objetos podem ser explorados e/ou comercializados pelas empresas estatais?
4) As empresas estatais submetem-se ao regime de precatórios?
5) As empresas estatais eventualmente criadas poderão exercer atividades inerentes ao poder de polícia? Caso positivo, poderão aplicar multas?
6) As empresas estatais submetem-se, em regra, ao regime ordinário de licitações previsto nas Leis nº 8.666/1993 e nº 14.133/2021?

Na qualidade de Procurador(a) do Estado do Espírito Santo, redija o PARECER, dispensando o relatório, com fundamentação legal e jurisprudencial (não há necessidade de indicar o número de artigos ou precedentes, tendo em vista a ausência de consulta), e conclua de forma objetiva cada quesito. Assine como "Procurador(a) do Estado do Espírito Santo" e date no dia de hoje. Considerando a limitação de espaço, recomenda-se não pular linhas ao redigir a resposta.

Utilize este espaço para fazer seu rascunho

Página 01

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Utilize este espaço para fazer seu rascunho

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	